

Reafirmação de um passado glorioso a serviço do salazarismo: a participação dos letrados do IHGB no Congresso Luso-Brasileiro de História de 1940

Reaffirmation of a glorious past in service of salazarism: The Participation of IHGB Scholars in the 1940 Luso-Brazilian Congress of History

Arthur Torquato¹
Carla Brandalise²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a participação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) e alguns de seus membros durante o *Congresso Luso-Brasileiro de História* (CLBH), realizado em Lisboa no ano de 1940, como parte da programação da *Exposição do Mundo Português*. A partir dos textos publicados nos Anais do evento foi possível perceber como os letrados brasileiros apoiaram os interesses políticos do Estado Novo salazarista. Os artigos sobre o período colonial da América Portuguesa, a Independência do Brasil e a formação do Império Brasileiro indicam que os membros do IHGB atuaram em uma narrativa enaltecida em prol de Portugal, visto como fundamental no processo civilizatório brasileiro. Ainda, investigamos as relações diplomáticas conflituosas entre o Governo varguista e os organizadores do evento em Portugal, principalmente no controle e seleção dos intelectuais brasileiros que participaram do CLBH.

Palavras Chaves: IHGB; Congresso Luso-Brasileiro de História; Estado Novo, Intelectuais.

ABSTRACT

This paper aims to assess the participation of the *Brazilian Historical and Geographical Institute* (IHGB) and some of its members during the *Luso-Brazilian Congress of History* (CLBH), held in Lisbon in 1940 as part of the *Portuguese World Exhibition*. Based on texts published in the event's annals, it was possible to observe how Brazilian scholars supported the political interests of Salazar's Estado Novo, or New State, regime. The articles on the colonial period of Portuguese America, Brazil's Independence, and the of foundation of the Brazilian Empire show that IHGB members contributed to a narrative that glorified Portugal, which was understood as pivotal to Brazil's civilizing process. Furthermore, we investigated the diplomatic tensions between the Vargas government and the event's organizers in Portugal, especially regarding the control and selection of the Brazilian intellectuals who participated in the CLBH.

¹ Arthur Luís de Oliveira Torquato é graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela UFRN, mestre em História pelo PPGH-UFRN e doutor em História pelo PPGH-UFRGS. É professor EBTT e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional no IFRN. Atualmente é Pós-Doutorando pelo PPGH-UFRGS.

² Carla Brandalise é graduada em História pela UFRGS, mestre em Ciência Política pela UFRGS, e doutora em História pelo Institut d'Études Politiques de Paris. Atualmente é Professora Titular de História na UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em História da PPGH-UFRGS.

Key words: IHGB; Luso-Brazilian Congress of History; Estado Novo; Intellectuals

A história dos dois povos é comum a ambos, até ao alvorecer do século XIX; e quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto Mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes.

António Oliveira Salazar
Nota Oficial da Presidência do Conselho
Março de 1938

Paralelo à *Exposição do Mundo Português* de 1940, ocorreu em Lisboa o *Congresso Luso-Brasileiro de História* (CLBH). O evento acadêmico contou com a participação de escritores, folcloristas e historiadores de diversos países. O objetivo foi discutir temáticas referentes às relações históricas entre Brasil e Portugal, com ênfase na fase colonial da América Portuguesa. Entre 1º de julho e 26 de novembro de 1940, letrados lusos, brasileiros, holandeses, alemães e estadunidenses trataram de temas variados referentes aos séculos XVI e XIX. O *Congresso* foi organizado em duas seções distintas: “1ª Seção: Do descobrimento à ocupação da costa” e “2ª Seção: O ciclo do Ouro e dos Diamantes”.

Na “1ª Seção: Do descobrimento à ocupação da costa” foram tratados temas referentes ao período compreendido entre os séculos XVI e XVII, divididos em seis subtemas: 1) Descobrimento. As primeiras notícias e a exploração da costa. Necessidade da defesa. 2) O plano de Dom João III: ensaios e desilusões. A lição da experiência: O Governo geral. 3) A cultura da cana e o recurso à mão de obra escrava. 4) Fatores econômicos da penetração: As “descidas”; a exploração pecuária; a mineração. Primeiras “bandeiras”. 5) Jesuítas e a conversão dos índios. Política indígena do Estado e reações dos colonos. 6) Saída dos franceses e dos holandeses. Ocupação de toda a costa (CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940).

Já a “2ª Seção – O ciclo do Ouro e dos Diamantes” tratou de temas relacionados aos séculos XVIII e XIX, divididos em cinco subtemas: 1) As grandes “bandeiras” em seus

objetivos. A intervenção do Estado e dos governos locais na organização das “bandeiras”. 2) A descoberta das minas de ouro. Providências régias sobre exploração mineira; consequências mediatas e imediatas. 3) A política externa de Portugal para defesa da integridade do Brasil. Colônia do Sacramento; tratado de 1750; tratado de Santo Idelfonso. 4) A expulsão dos jesuítas e a nova política indígena. As companhias pombalinas e a economia brasileira. 5) A Corte no Rio de Janeiro. Reino Unido de Portugal e Brasil. Separação do Brasil (*Idem*).

Relacionando as temáticas do *Congresso* com a *Nota Oficial*¹ (PORTUGAL, 1939) emitida por Salazar em 1938 (definindo os parâmetros oficiais do CLBH), é possível afirmar que a proposição dos temas visava atender aos interesses políticos do Estado Novo português. Visando construir um passado harmonioso entre Brasil e Portugal, os textos apresentados pelos intelectuais brasileiros no CLBH buscaram silenciar as relações de submissão entre colonizador e colonizado. A leitura dos artigos enviados ao evento revela a tentativa de construção de um passado de cumplicidade e de irmandade entre as nações, a fim de atender interesses políticos do Governo salazarista.

Chama atenção a forma como são tratados no evento temas delicados, como a vinda da Família Real para a América, a Independência do Brasil e as condições políticas do período colonial. Comparando com textos da época, publicados, por exemplo, na *Revista dos Centenários*, percebe-se o quanto a narrativa historiográfica dos autores buscou atender mais aos interesses de Salazar do que promover uma discussão crítica e menos romantizada do passado colonial brasileiro. Na investigação analisamos os *Anais do Congresso Luso Brasileiro de História* disponíveis na *Biblioteca Nacional de Portugal*, organizados em três volumes (os volumes I e II relacionados à 1ª Seção e o volume III relacionado à 2ª Seção), contabilizando 1.535 páginas.

Entre os participantes do evento, encontramos brasileiros de diversos estados e pertencentes às mais variadas instituições. Especificamente para este artigo, o objetivo foi examinar os discursos dos letrados brasileiros ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a fim de identificar como a instituição e seus membros discutiram historicamente a relação entre Portugal e sua antiga colônia americana. A tese defendida por nós, baseia-se na hipótese de que os intelectuais do IHGB atuaram a favor da política cultural do Estado Novo português, cristalizada na *Nota Oficial* de Salazar de 1938.

Dois pontos justificam a escolha de trabalhar apenas com os artigos dos escritores brasileiros. Primeiro por poder focar em letrados ligados ao IHGB e perceber como na escrita deles aparecem rastros da política cultural salazaristas dos anos de 1940. Além disso, procuramos saber como os membros desta instituição trataram os temas relacionados ao passado luso-brasileiro e elaboraram suas narrativas sobre o período colonial e imperial brasileiro. Ainda, comparamos as interpretações sobre o passado luso-brasileiro produzidas pelos membros do IHGB no século XIX e em 1940.

Na leitura da documentação foi possível perceber que o assunto central no CLBH foi a *política colonial lusitana*, tema de grande interesse do Estado Novo salazarista durante as décadas de 1930 e 1940. Como veremos, existia uma corrente historiográfica no IHGB coerente com a visão positiva acerca da colonização da América Portuguesa, influenciada pelo discurso da própria instituição elaborada ainda no século XIX e em franca atividade no Brasil na primeira metade do século XX.

A colonização lusitana como herança civilizatória: o IHGB e seu alinhamento com o Estado Novo salazarista

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla, o sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos confluente das raças índia e etiópica. [...] com esta observação quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexos com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha das empresas dos portugueses. (VON MARTIUS, 1845, p. 383)

Em 1933, durante entrevista concedida a António Ferro (Diretor do *Secretariado de Propaganda Nacional* (SPN)), Salazar foi incitado pelo jornalista a responder questões referentes ao que chamou de "O problema colonial". O tema passou a ser sensível à

política externa portuguesa após a ascensão de Hitler na Alemanha neste mesmo ano. A entrevista seguiu um formato de pergunta e resposta, na qual Ferro indagou se o Presidente do Conselho estava ciente das intenções coloniais alemãs na África – dando ênfase ao interesse nazista por Angola:

FERRO: – Tem lido o que se diz Alemanha a propósito das nossas colônias, de Angola, sobretudo?

SALAZAR: – O caso explica-se – responde-me Salazar, sem alarme, sem inquietação – Pelo fato do Tratado de Versalhes perder por desapossado a Alemanha das suas colônias que ter feito na Europa alguns cortes infelizes. Daí atitude de alguns alemães exaltados, aflitos com aumento da população do seu país, com a sua respiração de grande potência, e que se agarram, para desabafar, a todas as hipóteses, mesmo aquelas em que não se faz distinção do que é próprio e do que é alheio. O problema tem de ser acompanhado: eis tudo. (FERRO, 1933, p. 125-126)

A preocupação portuguesa se agrava a partir de 1938, após o acordo firmado entre Itália e Alemanha, acerca das questões relativas à atuação de ambos na África. A partir de então, percebe-se um movimento do Governo lusitano no sentido de justificar sua atuação colonial no século XX como algo positivo para os territórios por ele colonizados e ainda ocupados. Em *Nota Oficiosa* publicada no mesmo ano, Salazar passa a atuar no plano propagandístico a fim de fortalecer o “mito imperial” de Portugal, cunhado pelo Estado Novo, bem como construir uma representação pautada na ideia do país como nação civilizadora e essencial ao desenvolvimento de suas colônias ultramarinas.

Uma das estratégias narrativas de propaganda utilizadas foi colocar o Brasil como exemplo de colonização bem-sucedida, tendo em vista a antiga colônia da América Portuguesa se encontrar, no período do Governo Vargas, inserido em uma posição política e econômica de prestígio no cenário geopolítico sul-americano. Não por acaso, Salazar convida o Brasil a ser hóspede de honra durante a *Exposição do Mundo Português* de 1940, dando-lhe destaque também na programação do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Para a ocasião, vimos letrados brasileiros preocupados em atender ao chamado de Salazar e produzir um discurso positivo sobre as relações coloniais – e da Independência – entre Brasil e Portugal.

Com a modificação da conjuntura política europeia após ascensão nazista, o problema colonial português passou a ser tratado com prioridade pela organização do CLBH em 1940. O interesse estatal visava reforçar o posicionamento colonial lusitano dentro da conjuntura política europeia, a partir da promoção de Portugal como uma *nação civilizadora* e estável, princípio reforçado pela propaganda do Regime e seu Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). De certa maneira já existia e era comungada no Brasil desde o século XIX, um discurso positivo acerca das ações colonizadoras lusas, difundido a partir de vertentes historiográficas ligadas ao IHGB desde a década de 1830.

Tal perspectiva foi produzida pela historiografia brasileira do século XIX, sendo amplamente irradiada pelo IHGB desde sua fundação em 1838 e em suas primeiras produções historiográficas. Letrados de várias outras instituições passaram a reproduzir e perpetuar essa vertente historiográfica ainda por boa parte do século XX. Durante o CLBH, tal visão foi compartilhada por intelectuais brasileiros ligados ao IHGB e outras instituições acadêmicas e culturais. Como veremos mais adiante, em 1940 parte considerável desses homens das letras colaboraram em prol de uma historiografia pró-colonização, atendendo diretamente os interesses e anseios propagandísticos do Estado Novo salazarista.

Nos trabalhos publicados nos *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História*, destaca-se o reforço da visão colonial elaborada por historiadores pioneiros do IHGB e construída ainda na primeira metade do século XIX, mais precisamente as narrativas forjadas por Von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen. Nesse sentido, faz-se necessário um breve histórico a fim de situar o leitor a respeito do formato de discurso difundido pelo IHGB no período e as principais características dessa historiografia institucionalizada. Interessante perceber que, assim como Von Martius e Varnhagen, os historiadores do CLBH encontraram as mesmas dificuldades para tratar de temas tortuosos, como o passado colonial da América Portuguesa, a fuga da Família Imperial em 1808 e o processo de Independência do Brasil em 1822.

No manual *Como se deve escrever a História do Brasil*, de 1844, Von Martius ditava as diretrizes com as quais o historiador deveria se basear durante a escritura das narrativas históricas acerca do Brasil. Com relação ao período colonial, o historiador alemão era claro quanto à visão positiva a ser adotada acerca da atuação portuguesa no Brasil a partir do século XVI. Em referência à raça, sua narrativa engrandece os portugueses comparando-os

a um grande rio (a raça europeia), a qual havia de absorver as demais a partir de um processo civilizatório. Von Martius demonstra o grau de superioridade com que os colonizadores deveriam ser representados quando da atuação política na América Portuguesa.

O escritor não difama ou desqualifica índios e negros de forma acentuada. Por outro lado, também não anota qualquer visão favorável a estes. A narrativa salienta a miscigenação como algo positivo, aparecendo como um ponto a ser destacado nos escritos de Von Martius. Como ressalta o historiador Ronaldo Vainfas, “o naturalista alemão priorizou a contribuição portuguesa na formação da nacionalidade brasileira e praticamente silenciou sobre o papel da ‘raça’ negra, para usar o seu vocabulário, reservando ao índio – um tanto idealizado, vale dizer – papel secundário. Mas não resta dúvida de que, já com Von Martius, a questão da miscigenação étnica e cultural estava posta” (VAINFAS, 199, p. 2).

Com relação à *História Geral do Brasil*, escrito por Varnhagen e publicado em 1854, Ronaldo Vainfas pontua que este livro não segue à risca o arquétipo proposto por Von Martius dez anos antes. Porém, como sugerido pelo colega alemão, Varnhagen reafirma a superioridade lusa em relação a negros e indígenas, ao afirmar que o Brasil deveria mesmo ser português. Sua obra apresenta forte característica “lusófila e brigantina, a louvar a restauração dos Braganças, a mesma dinastia do Imperador brasileiro seu Mecenaz”. Em essência, sua história é “branca, elitista e imperial [a qual] praticamente silenciou sobre os negros” (VAINFAS, 1999, p. 2-3).

Em clássico artigo, Manoel Luiz Salgado Guimarães aborda a questão do IHGB e o intuito da instituição em produzir uma historiografia do passado colonial brasileiro como fundamental para criação de um modelo de civilização dos trópicos. Nela, o Brasil se diferencia dos seus vizinhos sul-americanos, vistos como menores e, em certo ponto, bárbaros. O historiador percebe a formação de um discurso oficial sendo elaborado entre os membros do IHGB e o Estado brasileiro. Sua análise revela dois pontos fundamentais nessa relação: a elaboração de uma historiografia pacifista com relação ao passado de dominação portuguesa, e a orquestração da narrativa a partir da proposta de se escrever a história “oficial” do Brasil fundamentada nos princípios propostos por Von Martius, na qual os portugueses são vistos como fundamentais no processo de desenvolvimento do Brasil enquanto Estado-Nação no século XIX.

Segundo Manoel Salgado, acerca do que foi proposto por Von Martius, seu “programa para a história do Brasil será, em linhas gerais, aquele que se corporificará com a publicação de História Nacional, de Francisco Adolfo Varnhagen. Este assim define, em carta ao imperador [...], o sentido do seu trabalho de historiador” (GUIMARÃES, 1988, p. 18):

Era para ir assim enfeixando-as /as províncias/ todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo da nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo [...] Em geral **busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa**, que nos beneficia com ilustrações; tratei de pôr um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade. (VARNHAGEN *Apud.* GUIMARÃES, 1988, p. 18) [grifos nossos]

As características de enaltecimento presente nas obras do IHGB do século XIX estão enraizadas nos discursos e textos dos brasileiros que compareceram ou enviaram suas produções para o CLBH. Durante a abertura do evento, a fala de Gustavo Barroso (membro da *Academia Brasileira de Letras (ABL)*, do *Museu Histórico Nacional (MHN)* e do próprio IHGBⁱⁱ) é um exemplo da apropriação dos mitos e referenciais historiográficos adotados pela delegação brasileira em 1940. Em se tratando da fase colonial da América Portuguesa, Barroso elabora a noção de patriotismo brasileiro associada a um passado de irmandade luso-brasileira desenvolvida durante a presença portuguesa no Brasil entre os séculos XVI e XIX.

Assim como fizera Varnhagen, Gustavo Barroso, em sua manifestação como representante oficial do Governo brasileiro nos eventos de 1940, não faz qualquer referência negativa ao passado colonial brasileiro. A exaltação ao passado luso-brasileiro aflora constantemente, remontando às clássicas narrativas historiográficas do IHGB dos tempos de D. Pedro II. Seguindo o “Manual de história” proposto por Von Martius, Gustavo Barroso afirma em seu discurso:

Herdeiro da língua - espiritual que se estende das duas margens do Atlântico ao Índico e ao Pacífico; herdeiro da civilização - atitude Cristã que tem oito séculos de história; herdeiro da cultura - forma de pensamento e de expressão enraizada na latinidade; herdeiro sobretudo da unidade Nacional portuguesa - mãe do Milagre histórico da nossa coesão nacional - o espírito do Brasil está presente a esta solene reunião do mundo português, ao qual pertence de fato e de direito pelo sangue, pela palavra e pela alma que ele foram transmitidas no passado, e pelo amor desse passado que cultua no presente. (BARROSO, 1940, p. 93)

Carregado de uma retórica romântica, fica evidente a exaltação ao passado colonial brasileiro desenvolvida por Gustavo Barroso em seu discurso na abertura do CLBH. Aliás, não só ao passado colonial, como também ao Imperial, período no qual a Coroa foi, segundo ele, responsável pela manutenção da unidade territorial brasileira. Utilizado por Barroso, esse princípio já aparecia tradicionalmente na narrativa defendida pelos letrados do IHGB no século XIX e por boa parte da historiografia brasileira da primeira metade do século XX.

Gustavo Barroso concluiu seu discurso fortalecendo a acepção de irmandade defendida por Salazar na sua *Nota Oficiosa*. Segundo afirma, os laços brasileiros e portugueses não se desfizeram mesmo com o fim do domínio português sobre o Brasil. Para ele, em manifesta alusão ao convite feito por Salazar, “a presença oficial do Brasil nesta noite e nesta casa vem mostrar que, separado de Portugal por efeito dos corpos, o Brasil continua unido a Portugal por efeito do espírito imortal da civilização e da cultura, que ele deu vida e que, como faço das Olimpíadas, as gerações transmitirão umas às outras” (BARROSO, 1940, p. 93).

Impressiona a semelhança entre a fala de Barroso e a de Von Martius em 1835. Mesmo separados por mais de cem anos, ambos creditam a Portugal a ideia de civilização, de progresso e de desenvolvimento político e institucional do Brasil. Enquanto Von Martius atendia a ordem discursiva do IHGB e de Dom Pedro II, a escrita de Barroso reforçava esta versão institucionalizada do século XIX. Seu texto respalda e legitima a política colonial salazarista, reforçando versões históricas positivas relativas ao modelo de administração colonial português, algo fundamental aos interesses lusitanos na defesa de suas colônias africanas na década de 1940.

Chama atenção como os interesses políticos, mesmo em épocas distintas, moldam as narrativas dos letrados que trabalham em prol da manutenção de Estados centralizadores. Em 1943, Gustavo Barroso publica o livro *Portugal semente de Impérios*, relatando sua passagem pelo país durante os festejos de 1940, além de alguns estudos históricos e folclóricos luso-brasileiros. A publicação possui trechos explícitos de exaltação a Salazar e à *Exposição do Mundo Português*. Invariavelmente, os nomes de Salazar e do Presidente Carmona vêm acompanhados de exclamações e carregados de adjetivos positivos, em crônicas com referência às várias cidades portuguesas visitadas por Barroso durante sua estadia em Portugal.

O Gustavo Barroso das fontes históricas é um exemplo bem definido de intelectual orgânico, de um porta-voz do Estado Novo salazarista e varguista. Sua função era promover a exaltação destes Estados autoritários, utilizando seu lugar de fala institucionalizado e sua posição intelectual em defesa de ambos os Regimes. Seu poder não está definido pelo uso da força, mas pela persuasão, pela produção do discurso que corrobora as versões oficiais, em uma lógica na qual o intelectual atua como legitimador da rede de forças em que está inserido. Nas palavras de Michel Foucault,

Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso. (FOUCAULT, 2006, p. 71)

Este foi o papel de Gustavo Barroso dentro do cenário do CLBH, bem como também o foi, como veremos mais à frente, papel desempenhado por outros intelectuais brasileiros no evento. Aliás, sua escolha como um influente membro da *Comissão dos Centenários* não foi tomada de forma precipitada, ao contrário. Gustavo Barroso atuou como importante articulador junto à organização do evento. Para ocasião do CLBH, tanto a ABL quanto o IHGB atuaram com seus quadros de letrados no apoio ao Estado salazarista. Gustavo Barroso, como representante de ambas, além de diretor do *Museu*

Histórico Nacional, desempenhou papel político relevante nas tortuosas negociações diplomáticas entre Brasil e Portugal por ocasião dos festejos de 1940.

Em 18 de outubro de 1939, um documento oficial foi entregue ao Gabinete da Presidência do Brasil, em caráter “Confidencial”, contendo o seguinte assunto: “Comunicações directas entre as estações radio-telegráficas dos Ministérios da Marinha do Brasil e de Portugal”. O documento trata de comunicação direta entre o Palácio do Catete, – através de estação “privativa da Presidência da República Brasileira” – e o Governo Português, tratando dos seguintes pontos:

- a) – o serviço respeitante à preparação do Brasil nas comemorações centenárias, especialmente à Exposição;
- b) – propaganda mútua, com o objetivo de uma maior aproximação dos dois povos, e notícias referentes às comemorações centenárias.

(Este serviço poderia ser entregue aos organismos próprios no Brasil e em Portugal (Secretariado de Propaganda) que ficariam assim em ligação).

18-10-939

Oficialmente, o vínculo estabelecido denota que ambos os governos estavam em contato e tratavam a atuação do Brasil nos eventos comemorativos de 1940 como prioridade, incluindo conexão direta e confidencial entre o Catete e o governo de Lisboa. Em princípio, dar-se-ia primazia aos serviços de Propaganda para atuarem em contato direto um com o outro para tratar de questões políticas e de interesse propagandístico de ambos os países.

Entretanto, a historiadora Lúcia Guimarães, em um cuidadoso trabalho com fontes relacionadas à diplomacia brasileira, expõe o cenário complexo no qual se encontravam as relações diplomáticas entre o Estado Novo português e seu homônimo brasileiro. Analisando os ofícios brasileiros referentes à *Comemoração dos Centenários*, a historiadora demonstra como Getúlio Vargas atuou de forma centralizadora, estabelecendo rígido controle político sobre a representação de letrados e instituições culturais brasileiras nos eventos realizados no exterior.

Na documentação analisada, Lúcia Guimarães percebeu que as relações de cooperação entre o IHGB, a Universidade do Distrito Federal, a ABL e os organizadores em Lisboa cessaram-se abruptamente já nos primeiros meses de 1940. A partir desse momento, as instituições brasileiras e seus interlocutores deixaram de atender as solicitações da *Comissão dos Centenários*, chefiada por Júlio Dantas, em Portugal. Passou-se a ver, a partir de então, uma atuação direta do Estado Novo brasileiro no financiamento e na definição dos representantes (pessoas e instituições) que atuariam em nome do Governo brasileiro em eventos realizados em Portugal. Segundo a historiadora,

Getúlio Vargas assinara o Decreto-lei nº 1410, que concedia a abertura de crédito especial ao Ministério das Relações Exteriores, no valor de três mil contos de réis, para atender a todas as despesas relacionadas com a representação brasileira nas Comemorações Centenárias. Donde se pode concluir que, no âmbito do Congresso Luso-Brasileiro, dispensava-se o pagamento dos custos de viagem e estadia dos participantes, oferecido pelos organizadores na primeira correspondência enviada ao IHGB e à ABL. (GUIMARÃES, 2007, p. 57)

Correlacionando a documentação apreciada pela historiadora Lúcia Guimarães com o documento “Confidencial” de outubro de 1939, podemos inferir que o Estado Novo brasileiro estava insatisfeito com dois pontos em relação à participação de instituições brasileiras e de letrados no CLBH: a) a falta de autonomia do Governo Brasileiro quanto à sua participação dos seus representantes no evento, e b) a interferência de Júlio Dantas em assuntos internos, os quais deveriam ser tratados por membros oficiais do Governo brasileiro. Ao negar auxílio financeiro português para ida dos letrados brasileiros ao evento, Vargas passou a controlar quem e quais instituições representariam o Estado brasileiro no CLBH. A estratégia visava minar a participação de pessoas contrárias ao Regime varguista nos eventos de Lisboa em 1940. Um caso emblemático envolveu o nome dos intelectuais José Lins do Rego e Afrânio Peixoto.

Em correspondência confidencial, o Embaixador de Portugal no Brasil, Martinho Nobre de Melo, informou a Salazar em 28 de abril de 1940, “o desagrado do governo brasileiro diante de um convite feito a José Lins do Rego, qualificado como romancista da esquerda, e menciona uma sugestão, atribuída a Osvaldo Aranha, para que no seu lugar fossem convocados intelectuais católicos da nova geração” (GUIMARÃES, 2007, p. 60).

Mesmo enquanto membro do IHGB e Reitor da Universidade do Distrito Federal, Afrânio Peixoto foi um dos maiores problemas nas relações diplomáticas entre Vargas e a *Comissão dos Centenários*. Ativo na organização e aliado de primeira hora de Júlio Dantas, Afrânio Peixoto não era benquisto pelo governo brasileiro. De forma enfática, Martinho Melo alerta Salazar sobre o desagrado de Vargas ao saber do envolvimento intenso de Afrânio Peixoto na organização do evento.

[...] Tenho o dever de informar o seguinte: conversando acerca personalidades brasileiras que irão participar nossas comemorações ministro Osvaldo Aranha (...) informou-me intencionalmente que presidente Vargas sabe de fonte segura que professor Afrânio sempre adotou em Portugal atitude profundamente hostil governo sua pátria como propalou graves falsidades ofensivas honra pessoal daquele presidente. (Martinho Nobre de Melo *Apud*. GUIMARÃES, 2007, p. 61)

Com o firme cerceamento e controle sobre a ida dos brasileiros ao CLBH, o evento tornou-se algo decepcionante e ao mesmo tempo pífio. Após interferência de Vargas, apenas oito brasileiros da Comitativa oficial compareceram efetivamente ao *Congresso*, sendo eles,

os presidentes do Instituto Histórico e da Academia Brasileira de Letras, respectivamente, José Carlos de Macedo Soares e Celso Vieira. A esses nomes seguiam-se os de Pedro Calmon (diretor da Faculdade de Direito, sócio do IHGB e da Academia Portuguesa da História); de Emilio Souza Docca (militar e sócio do IHGB); de Didio Iratim Afonso da Costa (militar e diretor do Arquivo da Marinha e historiador militar); de Gustavo Barroso (diretor do Museu Histórico, membro do ABL e do IHGB); de Osvaldo Orico (membro da ABL e diretor do Departamento) e de Eugênio de Castro (militar, sócio do IHGB e autor de trabalhos sobre história da navegação), sendo que os três últimos já estavam em Lisboa, por força da Exposição. (GUIMARÃES, 2007, p. 65)

De fato, a participação efetiva do Brasil no CLBH se deu a partir do envio de letrados definidos previamente e financiados pelo Governo brasileiro, sendo cinco deles membros do IHGB – nem todos com trabalhos enviados para o *Congresso*. Em virtude da

crítica negociação diplomática, o evento restringiu-se na prática à participação *in loco* de poucos representantes brasileiros. Todavia, a análise dos artigos enviados e lidos durante o CLBH (três volumes de textos, contendo mais de mil e quinhentas páginas) é fundamental para entender e perceber a influência do discurso político sobre a produção cultural dos letrados ligados ao IHGB. A análise discursiva das narrativas indica o esforço de letrados da instituição na reafirmação de uma narrativa na qual Portugal é visto como irmão, como nação fundamental para a construção de grandes Estados Nacionais “civilizados” como o Brasil.

O IHGB, seus letrados e o *Congresso Luso-Brasileiro de História*: o passado harmônico nas palavras de Gustavo Barroso

Em *A arqueologia do saber*, ao tratar da questão do método e sua importância na análise discursiva, Michel Foucault atenta para um fenômeno muitas vezes aceito, mas pouco praticado durante o trabalho com fontes e/ou conceitos históricos. Na análise do discurso é importante “libertar-se de todo um jogo de emoções que diversificam, cada um à sua maneira, o tema da continuidade” (FOUCAULT, 2012, p. 25). Muitas narrativas institucionalizadas tendem a construir conjunturas históricas harmônicas, coerentes, pacificadoras de conflitos, silenciando contradições e produzindo representações idealizadas.

É necessário se afastar de uma lógica na qual, pretensamente, a unidade discursiva (a coerência de uma narrativa, sobretudo no processo historiográfico), não tem relação política, social ou cultural com os interesses do autor e seu lugar de fala. Por vezes, o discurso oficial e/ou institucionalizado é posto como imparcial, produtor de uma verdade neutra a qualquer tipo de subjetividade. No entanto, é sempre necessário compreender o regime de historicidade no qual o escritor está inserido, bem como seu lugar de fala enquanto produtor do discurso. É essencial compreender como as narrativas historiográficas são produzidas, muitas das quais objetivando validar a visão política de um grupo, de uma ordem discursiva na qual o letrado, produtor do discurso, possui vínculos políticos e institucionais.

Para Foucault, a unidade discursiva pressupõe a existência de interesses que silenciam lacunas ou evitam o contraditório. É necessário trazer à tona as condicionantes históricas responsáveis por tal unidade, para assim compreender quais relações “obscuras” foram responsáveis pela elaboração de um discurso institucionalizante na legitimação de determinadas verdades em detrimento de outras.

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços, cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos. (FOUCAULT, 2012, p. 26)

Na leitura dos *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História*, o discurso institucionalizado de conciliação colonial é presença cativa na narrativa dos artigos apresentados pelos letrados brasileiros no evento oficial. Permeado de referências políticas, o exercício de arqueologia sobre essas fontes torna-se curioso e ao mesmo tempo revelador. A influência da *Nota Oficial*, do discurso oficial e de toda uma gama de elementos propagandísticos nos trabalhos apresentados durante o CLBH é explícito. Na tabela abaixo identificamos os letrados oriundos do IHGB e de suas seções estaduais, seus temas, recortes temporais e os títulos dos artigos enviados ao evento e publicados posteriormente nos anais.

Tabela 1: Lista de trabalhos enviados e publicados por membros do IHGB (e de seções estaduais) nos *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História* durante o segundo semestre de 1940 em Lisboa.

	AUTOR	ARTIGO	RECORTE	INSTITUIÇÃO
1	Augusto Tavares de Lyra	- Independência do Brasil (TOMO III, Seção II, p. 87-93) - O Parlamento no Brasil durante o Império (TOMO III, Seção II, p. 175-183)	Independência Império	IHGB IHGRN

2	Braz do Amaral	Pródromos da Independência e da República no Brasil (TOMO III, Seção II, p. 65-76)	Independência República	IHGB
3	Gustavo Barroso	A formação da consciência nacional no Brasil (TOMOIII, Seção II, p. 45-63)	Colônia Império	IHGB ABL MHN
4	João Dornas Filho	Arcaísmos ainda correntes no português falado no interior do Brasil (TOMO III, Seção II, p. 347-355)	Linguística	IHGB IHGMG
5	Luís da Câmara Cascudo	O mais antigo marco colonial do Brasil (TOMO I, Seção I, p. 119-127)	Colônia	IHGRN
6	Luís Viana Filho	O trabalho do engenho e a reação do índio – estabelecimento da escravatura africana (TOMO II, Seção II, p. 11-29)	Colônia	IHGBA
7	Virgílio Correia Filho	Luís de Albuquerque – fronteiro insigne (TOMO II, Seção II, p. 209-224)	Colônia	IHGB

A maioria dos trabalhos dos membros ligados a Institutos Históricos foram enviados e publicados mesmo sem a presença deles no CLBH. Comparando os *Anais* e o volume dedicado aos *Programas, Mensagens e Discursos* produzidos durante o *Congresso*, chegamos aos seguintes números. Foram apresentados (mesmo sem a presença de todos os autores) trinta e um trabalhos, dos quais: vinte artigos tratam exclusivamente do período colonial da América Portuguesa; dois artigos analisam a transição colônia/império; três artigos trabalham exclusivamente com o período imperial brasileiro; dois artigos versam sobre a relação entre independência do Brasil e período imperial; um faz a relação entre independência do Brasil e seu período republicano; um artigo trata da questão linguística no período colonial brasileiro e um aborda a América colonial e os trabalhos desenvolvidos por Américo Vespúcio no continente.

Ao examinar os artigos produzidos (principalmente em relação ao período colonial brasileiro), foi possível perceber a concatenação entre os interesses propagandísticos do Estado Novo português e a escrita dos letrados brasileiros participantes do CLBH. As narrativas confluem em perspectivas semelhantes. Em sua maioria, trazem sentidos positivos do período colonial e imperial, muitos deles evocados na

historiografia tradicional do século XIX que exaltam a figura de D. Pedro II e a manutenção do território nacional como das suas características mais indubitáveis. Dentro desse panorama, é interessante perceber como o evento da Independência de 1822 é visto como um acontecimento transitório (necessário e natural) na história das relações entre Brasil e Portugal. Para os letrados brasileiros, a separação política é tratada nos discursos dos participantes como algo superado e bem resolvido entre as duas nações.

No entanto, as relações políticas entre Brasil e Portugal tornaram-se complexas e desgastadas após a Proclamação da Independência brasileira em 1822. Pouco se sabe, mas existiam propostas portuguesas de, inclusive, separar o norte e o sul do Brasil, a partir da Bahia. A estratégia não funcionou, devido a rápida mobilização das províncias do Norte, em prol do projeto da Independência do Brasil tomado a cabo pelas elites políticas e econômicas do país (CERVO, 2000, p. 101). O estado de tensão esteve presente no cotidiano dessas nações até por volta de 1825, quando foi assinado um acordo diplomático encerrando as discussões a respeito do processo de rompimento entre as nações.

O historiador Amado Cervo em seu livro, *Depois das Caravelas*, fez um apanhado documental e analisou detidamente o processo de rompimento entre Brasil e Portugal. Através da interpretação das documentações oficiais, bem como das correspondências trocadas entre D. Pedro I do Brasil e seu pai, D. João VI de Portugal, Amado Cervo afirma terem sido constantes as tentativas lusas de travar o processo de independência brasileira.

Em três direções orientaram-se as ações portuguesas com objetivo de travar, e reverter se possível, a marcha da Independência: medidas administrativas e legislativas do governo destinada a matar o processo de autonomia da ex-colônia; ofensiva diplomática na Europa com o intuito de angariar apoio; e, enfim, planos militares de reconquista. As três frentes de ação imbricavam-se na mesma estratégia. [...] Os planos portugueses de reconquista assentavam-se sobre a possibilidade de separar o norte do país, com base na posição de força que o general Madeira ocupava na Bahia e na excitação das lideranças provinciais do Norte e nordeste em aderir ao movimento da Independência comandado pelo Rio de Janeiro. [...] O plano de defesa previu até mesmo a guerra de curso, que se revelará muito útil nas guerras de independência da Holanda contra Espanha e dos Estados Unidos contra a Inglaterra. (CERVO, 2000, p. 99)

O rompimento nada harmonioso entre Brasil e Portugal foi mais severo do que o contado pela historiografia brasileira nos *Anais* do CLBH. Ocorreram intensas batalhas diplomáticas e tentativas de retomada militar do território, com organização de frotas armadas a serem desembarcadas no Brasil. Como veremos, tais conflitos e as malogradas relações são simplesmente silenciadas nos *Anais* do evento, sendo substituídas por intensos discursos que amenizaram o processo (político) traumático da independência brasileira. Em habilidoso exercício de escrita, o artigo de Gustavo Barroso apresentado no CLBH (Tabela 1) traçou uma trajetória harmoniosa entre o período colonial e imperial no Brasil. Em texto longo e bem articulado, o cearense apresenta um trabalho bem elaborado, concatenado com documentos e uma narrativa em sintonia com os interesses políticos salazaristas.

Intitulado *A formação da consciência nacional no Brasil*, o cerne do artigo defende uma tese simples, mas de forte impacto: a ideia de que, mesmo no período colonial, existiu na América Portuguesa um *sentimento nacionalista brasileiro* corroborado e alimentado pelos portugueses. Em dezoito páginas e utilizando referência bibliográfica com base em oitenta e nove autores, Gustavo Barroso divide seu pensamento em três etapas: a) o caos promovido nos processos de independência da América Espanhola devido a negação ao catolicismo; b) a manutenção do território nacional graças à monarquia de herança lusitana e c) a existência de uma consciência nacional estimulada pela colonização portuguesa, característica que possibilitou a independência brasileira de forma civilizada e hierarquizada.

Em um primeiro momento, Gustavo Barroso constrói uma estratégia narrativa na qual o apoio da Igreja foi (semelhante ao pensamento adotado pelo Estado Novo Português de 1940) indispensável à manutenção da unidade e da hierarquia durante o processo de independência da América Portuguesa. Em contraposição, afirma que as nações da América Espanhola estavam suplantadas por grande carga de latinidade e por pouca cristandade, cenário que contribuiu para a desfragmentação e o desencadeamento da violência entre as nações da América do Sul.

A quem estuda com cuidado a história das Américas dois fenômenos logo chamam a atenção: o espírito de fragmentação dominando no cenário dos povos espano-americanos [sic] e o espírito de coesão conservando intacto o patrimônio territorial da América Portuguesa. [...] No sentido errôneo que lhe tem sido imprimido, a história das revoluções americanas é inteiramente desfavorável às ideias-forças da

latimidade, de que ela promana e tem por escopo afastá-la da tradição avoenga. É contra o catolicismo, contra a monarquia, contra o amor da ordem, da harmonia e da construção. Contra o catolicismo, sobretudo. (BARROSO, 1940, p. 45)

Conhecendo a biografia de Gustavo Barroso (defensor incontestado do integralismo, da monarquia centralizada e do antissemitismo na década de 1930) é possível incluí-lo no grupo dos letrados apoiadores do catolicismo como condicionante para o progresso nacional.ⁱⁱⁱ Na década de 1930, foi um dos colaboradores da tradicional revista *Cultura Política*, ao lado de nomes renomados das letras no período (CAPELATO, 2009, p. 122). Embora composta de escritores das mais variadas disposições ideológicas e culturais, ao tratar das questões relativas ao passado histórico brasileiro, a *Cultura Política* primava por “conceber o cristianismo como um dos pilares da nacionalidade” e trazer à tona os “vultos históricos: Cairu, Joaquim Nabuco, Conde d’Eu, Deodoro da Fonseca, Caxias, Taunay, etc.” (VELLOSO, 1982).

Letrados como Gustavo Barroso tinham por característica pensar o cristianismo como o amálgama entre a tradição do passado e a construção hierarquizada do presente e do futuro. Analisando as mais diversas variantes intelectuais do Estado Novo brasileiro, Mônica Velloso afirma que muitos historiadores brasileiros das décadas de 1930 e 1940 construíram uma noção de nacionalidade atrelada à concepção cristã de mundo. Para ela,

O Estado Novo daria concretude ao subjetivismo dos inconfidentes e de todos os movimentos nativistas da história brasileira. É interessante perceber como a questão da “unidade” é tratada pelo discurso, que não a recupera apenas enquanto tradição política (evidenciada nos fatores geográficos, históricos e econômicos), mas como essência constitutiva da “personalidade nacional”, cujo elo moral é o cristianismo. A recorrência ao passado se dá, portanto, sempre no sentido de recuperar a centralização, mostrando os momentos de sua quebra como de “despersonalização” da nacionalidade. (VELLOSO, 1982, p. 85)

Como se observa, o passado brasileiro é recuperado “como exemplo de “renúncia, crença, sacrifício, generosidade e paz”, dado o espírito cristão do povo brasileiro mais afeito à unidade do que ao separatismo” (VELLOSO, *Idem.*). Seguindo essa linha de raciocínio, Gustavo Barroso atravessa a história colonial e imperial brasileira identificando,

na formação social e cristã, as características que viabilizaram a manutenção da ordem e a manutenção da unidade nacional mesmo após a independência brasileira no século XIX.

Nesse ponto, passa a demonstrar tecer elogios e demonstrar claras afeições à política centralizadora, vista como necessária para a manutenção da estabilidade no momento de transição turbulenta pela qual passara o Brasil em 1822. O membro do IHGB entende a concepção de *nação* enquanto um elemento de atitudes, de comportamento, de espírito, como gostavam de frisar alguns intelectuais da época. Por outro lado, utiliza o conceito de forma absoluta, como algo que pode ser implantado como um modelo quase datado.

Em *A formação da consciência nacional no Brasil*, ao narrar a chegada da Família Real ao Brasil, Barroso afirma que a vinda de D. João VI e sua Corte, possibilitou a formação de uma nova fase do império português no continente americano. A fuga para o Brasil não é tratada como uma situação crítica, mas sim como um momento no qual o monarca “vem ser o centralizador e o coordenador dos senados das câmaras, com o fecundo pensamento da fundação dum Novo Império”. Para Barroso, a partir de então, D. João VI

torna a colônia nação fazendo-a Reino igual ao outro que está sob a pata do estrangeiro, além do Atlântico, impondo a paz interna e expandindo-se para o Sul, até a Cisplatina, para o norte até Caiena. Toda a consciência nacional que se vinha plasmando na mesma tradição, desde o século XVII, pelo menos, polariza-se na figura do Príncipe Regente, e depois, do Rei. Cristaliza-se. **Com D. João VI surge na América o Brasil Nação. A independência consome somente uma separação.** (BARROSO, 1940, p. 56) [Grifos nossos]

A análise do discurso de Gustavo Barroso pressupõe duas características interligadas. Na primeira, o Brasil já possuía uma concepção de nacionalidade, de religião, de nação mesmo enquanto colônia. No entanto essas características, embora manifestas, só puderam ser concretizadas de fato a partir do crivo de D. João VI, ao elevar o Brasil à condição de Reino Unido. Um pensamento sofisticado e até certo ponto convincente, pois reúne na mesma ideia de espírito e política; o sentimento existe, mas ele só se opera pela decisão de um soberano.

A segunda remete às versões elaboradas pelo IHGB na primeira metade do século XIX. Nelas, independência é vista como uma consequência de algo que já ocorria na prática, por isso mesmo esse momento da história não pode ser visto como traumático, complexo ou turbulento, pelo contrário. Para Barroso, os movimentos ocorridos em 1822 consumaram a separação definitiva entre os já formados Império do Brasil e Império de Portugal. Na sua perspectiva, a manutenção de ambos só foi possível devido a ação firme e centralizadora do português Dom Pedro I, capaz de aglutinar sobre suas asas o domínio sobre as províncias, não as deixando se desfazer, “enfaixando-as” e garantindo a unidade nacional e a soberania do Brasil.

É a luta constitucionalista na metrópole portuguesa quem a permite. Obriga o rei a regressar e estabelece *juntas* em todas as províncias. A consciência da coesão brasileira era, porém, já muito forte e sedimentada, de maneira que resistisse aos pruridos secessionistas [sic] e a convergir esforços em torno da figura do Regente, depois Dom Pedro I, que teve a inteligência de compreender a situação e de pôr à cabeça a coroa Imperial. No seu Manifesto, ele demonstra o que afirmamos, quando proclama a união nacional resultante do “**feixe** misterioso das províncias”, que “nenhuma força pode quebrar”. É o *fascio* dessa coesão sagrada que o soberano reconhece como alicerce do Império. (BARROSO, 1940, p. 56) [Grifos do autor]

Na concepção de Jacques Derrida, os discursos sempre deixam rastros. A percepção deles auxilia na compreensão da estratégia narrativa do autor e a ordem discursiva a qual está submetido. A leitura do texto pode apontar o lugar de fala ou o posicionamento do autor, suas influências ideológicas e os aspectos externos que atuam subjetivamente, assim como o que é inerente a cada sujeito (DERRIDA, 2005, p. 87). As características do discurso de Gustavo Barroso deixam amostra seu posicionamento político autoritário e sua visão particularmente devotada ao fascismo italiano. O uso do termo *fascio*, antecedido pelo “feixe misterioso das províncias”, é um rastro discursivo que se refere a uma ideia de hierarquia, “poder e autoridade” atrelada ao símbolo do fascismo italiano.

Seria forçoso e anacrônico afirmar que Gustavo Barroso percebia características fascistas em D. Pedro I no século XIX. Entretanto, não seria nada descartável acreditar que ele tenha pensado nessa associação, quando se leva em consideração seu posicionamento

político autoritário e fascista durante as décadas de 1930 e 1940. Na parte final do seu texto, organizado e com roteiro bem estabelecido, o escritor e membro do IHGB passa a promover suas considerações finais. Nesse momento, reafirma as ideias centrais discutidas até aqui de forma contundente:

Não seria possível essa grande construção imperial se não tivesse como apoio uma consciência de grandeza e de coesão brasileira formada desde os primeiros passos do povoamento, na moldura do território conquistado pela expansão da raça. [...] **A formação da consciência nacional no Brasil, a formação de um espírito brasileiro anterior à Independência** é uma das provas concretas e a maior delas de que não passa de balela a notícia por muitos escritores veiculada de que o país foi povoado por degredados e cristãosnovos [sic] unicamente. (BARROSO, 1940, p.60) [grifos nossos]

Além disso, Gustavo Barroso não deixa de ratificar a centralidade de Portugal no processo de construção identitária brasileira, tampouco esquece de articular seu discurso com o proposto pela *Nota Oficial* de Salazar e pelas solicitações propagandísticas de António Ferro, então Secretário da Propaganda Nacional de Portugal. Seu texto é encerrado com uma homenagem explícita a Portugal e sua pretensa capacidade unificadora e nacionalista, sem a qual a República brasileira não teria condições de ser o que era no século XX.

A República herdou a plantação feita no Passado e colheu os frutos abençoados pela continuidade das gerações. É este, ao nosso ver, o verdadeiro retrato do Brasil. Há os que o alindam mais em retorques miúdos e caprichosos, como há os que adulteram em caricaturas. Narcisismo e pessimismo. **Preferimos a lição sadia dos fatos que nos dão os antepassados criadores da Unidade Brasileira, filha da Unidade Lusitana. É, um dever, senão uma glória, orgulhar-se de quem lhe deu o ser.** (BARROSO, 1940, p.61) [grifos nossos]

De maneira geral, os *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História* são uma verdadeira homenagem ao passado colonial da América Portuguesa e ao período imperial brasileiro. O conteúdo produzido pelos letrados brasileiros recria um passado harmonioso sem a presença de conflitos entre Brasil e Portugal, vistas pela ótica brasileira como nações

irmãs. Barroso reforça as representações harmônicas estabelecidas pelo IHGB no século XIX, coloca Portugal como fundamental no processo civilizatório brasileiro, valoriza o processo colonial brasileiro e apresenta a Independência como uma passagem natural construída pelo próprio Estado Português. Nesse sentido, o representante do IHGB, da ABL e do MHN cumprira à risca os interesses políticos do Estado Novo salazarista pretendidos com o CLBH e ratificou com afincos as representações historiográficas pautadas por Von Martius, Varnhagen e o IHGB.

A preocupação de documentar e arquivar todos os artigos apresentados, mesmo que na maioria deles os autores não estivessem presentes, foi uma forma de elaborar documentos favoráveis à política externa portuguesa nas décadas de 1930 e 1940. Municiado de elogios, o Estado português poderia, em prováveis embargos e contestações internacionais, utilizar a documentação produzida pelos letrados brasileiros como prova da capacidade civilizatória da política colonial lusitana. O registro dos elogios à política colonial portuguesa seria de grande valia jurídica e histórica para justificar o controle e a posse das colônias lusas em África, tão cobiçadas por alemães e italianos no cenário militar e político da Europa já em plena Segunda Guerra Mundial.

Considerações Finais

O *Congresso Luso-Brasileiro de História* foi um evento singular para as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal. A participação dos letrados brasileiros no evento foi marcada pelo rígido controle do Estado Novo brasileiro. Poucos foram os enviados para Portugal em 1940. Entre as instituições culturais e acadêmicas, apenas a *Academia Brasileira de Letras* (ABL), o *Museu Histórico Nacional* (MHN) e o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) tiveram representantes em Lisboa. No entanto, a maior parte dos artigos publicados nos *Anais* do CLBH foram enviados sem contar com a presença dos seus autores *in loco*. Ao todo trinta e um trabalhos foram enviados, dos quais a maioria tratou de temas relacionados à colonização da América Portuguesa, ao período imperial brasileiro e à Independência do Brasil de 1822.

Para organização do evento, Salazar, enquanto representante titular da Presidência do Conselho, emitiu uma *Nota Oficial* em 1938 contendo os parâmetros oficiais para organização da *Exposição do Mundo Português*, espaço e momento no qual ocorreu o CLBH. Com o avanço das intenções coloniais nazista e fascista a partir da década de 1930, Portugal viu-se ameaçado pela política expansionista alemã e italiana sobre suas colônias na África. Assim, os eventos de 1940 serviram não só como propaganda interna, mas também como um momento propício para justificar a colonização portuguesa em andamento ainda no século XX.

O CLBH foi responsável por inúmeros artigos, produzidos por letrados renomados. A análise do conteúdo destes artigos, revela homens preocupados em narrar o passado das relações luso-brasileiras a partir do prisma da boa convivência, do aprendizado, sem revelar momentos traumáticos entre Brasil e Portugal. Ao examinar dos trabalhos produzidos pelos membros do IHGB, percebemos o esforço intelectual empreendido na construção de um passado histórico harmônico entre as nações. Baseados nos tradicionais escritos de Von Martius e Varnhagen, os artigos dos membros do IHGB reforçam nos anos de 1940 a centralidade de Portugal na formação do Brasil enquanto Estado-Nação.

Dentre os artigos apresentados, o de Gustavo Barroso, *A formação da consciência nacional no Brasil*, é significativo por abordar aspectos importantes para compreensão da cultura política do momento. Por ser um dos únicos a estar presente aos eventos e dado seu posicionamento político à época do CLBH, percebemos seu esforço intelectual na defesa dos interesses do Estado Novo salazarista, a partir de enaltecimento enfático da política colonial portuguesa.

Barroso reforça em seu discurso a visão harmônica das relações históricas entre os países. Quando da crise da Independência do Brasil, o intelectual cearense trata o momento como algo inevitável, mas ao mesmo tempo natural. Para ele, Portugal já incentivava uma ideia de nacionalidade brasileira mesmo na fase colonial da América Portuguesa. Assim, mais do que um colonizador, Portugal foi um incentivador da formação de uma “nação” brasileira, de um espírito nacional brasileiro. Ao tratar do período imperial, Gustavo Barroso enaltece a atuação de Dom Pedro I, reforçando a visão do IHGB do século XIX, na qual o imperador é visto como aquele capaz de manter a unidade territorial e nacional, diferente das antigas colônias da América Espanhola.

Por fim Gustavo Barroso enaltece o cristianismo como o amálgama capaz de manter a unidade e consolidar a identidade brasileira. Para ele, essa foi uma das mais importantes contribuições de Portugal para o Brasil. O cristianismo difundido desde a colônia na América Portuguesa possibilitou a formação de uma identidade consolidada com o tempo, capaz, inclusive, de garantir a estabilidade nacional e a unidade territorial mesmo após a independência do Brasil.

De certa maneira, assim como Gustavo Barroso, os letrados que publicaram nos *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História* reforçaram as visões tradicionais estabelecidas pelo IHGB nas publicações de Martius e Varnhagen. As fontes relacionadas ao evento, apontam como a cultura política salazarista atuou moldando, cooptando e propagando a ideologia do Estado Novo lusitano. Ao reforçar as narrativas do século XIX, os membros do IHGB corroboraram uma historiografia positiva institucionalizada acerca das relações políticas do passado luso-brasileiro. Igualmente, a análise dos discursos revelou homens que trabalharam de igual maneira para justificar a política colonial lusitana do século XX, como pretendido pela *Nota Oficiosa* e pelo *Secretariado de Propaganda Nacional* da ditadura de Oliveira Salazar.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Gustavo. **Portugal semente de Impérios**. São Paulo: Editora Getúlio Costa, 1943.

BARROSO, Gustavo. A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu Catálogo. In: BRASIL. Museu Histórico Nacional. Ministério da Educação e Saúde. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro. 1941. p. 235-246. (Volume I - 1940).

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. Programas, Mensagens e Discursos. **Anais**. v. IX, t. 1, s.1. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERRO, António. **Salazar: o homem e sua obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Giles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. À sombra das Chancelarias: a preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 437, n. 168, p.49-66, dez. 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.5-27, dez. 1988.

LYRA, Augusto Tavares de. Independência do Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. XI, t. 3, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; BOJUNGA, Claudia Barroso Roquette-Pinto. Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista O Cruzeiro (1948-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 345-364, julho-dezembro de 2014.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

PORTUGAL. Comissão Nacional dos Centenários. Secretariado da Propaganda Nacional. **Revista dos Centenários**. Lisboa: SPN, 1939. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/N01/N01_master/RevistadosCentenariosN1.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História: Revista de História da Universidade de São Paulo - USP**, São Paulo, v. 2, n. 145, p.127-149, dez. 2001. Semestral.

SALAZAR, Oliveira. Nota Oficiosa. **Revista dos Centenários**. Lisboa: Comissão Nacional dos Centenários, 1939.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Tempo: Revista digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 1, n. 8, p.7-22, ago. 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro (Org.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a História do Brasil: dissertação. **Revista Trimestral de História e Geographia**: ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p.381-403, jan. 1845.

Recebido em: 03 de outubro de 2024

Aprovado em: 14 de novembro de 2024

ⁱ No ensejo de estabelecer uma comunicação junto à população, dirigir ordenamentos para ministérios ou demais expedientes, a *Presidência do Conselho*, comandada por Oliveira Salazar, emitia despachos por meio das chamadas *Notas Oficiais*. Esses documentos traziam a posição oficial de Salazar acerca de alguma demanda de caráter interno ou externo. Em março de 1938, foi divulgada uma *Nota Oficiosa* como foco a orientar todos os setores que compunham o Governo, numa mobilização total em torno de um evento nacional de grandes proporções: a *Exposição do Mundo Português*. A extensa *Nota Oficiosa* é composta por treze pontos, traçando metas, objetivos, público-alvo, interesses diplomáticos, políticos, internos e externos. Dentro da programação estava a realização do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Com inspiração propagandística, o documento aponta as intenções do Regime em construir sua imagem perante o público português, bem como as estratégias e os direcionamentos políticos para essas ações. A *Nota Oficiosa* pode ser lida na íntegra, no primeiro número da *Revista dos Centenários*, de 31 janeiro de 1939 (PORTUGAL, 1939, p. 2).

ⁱⁱ Durante o CLBH, Gustavo Barroso atuou institucionalmente como representante oficial da ABL e do Museu Histórico Nacional. No entanto, desde 1932, ele já era “membro do IHGB”, como bem anota as historiadoras Aline Montenegro Magalhães e Claudia Barroso Roquette-Pinto Bojunga (MAGALHÃES; BOJUNGA, 2014, p. 350)

ⁱⁱⁱ Sérgio Miceli analisa, brevemente, uma série de letrados católicos da década de 1930. A leitura do subcapítulo do livro, intitulado “O “rearmamento” da Igreja Católica”, ajuda a esclarecer como Gustavo Barroso (Miceli até elabora uma pequena biografia intelectual e profissional de Barroso. MICELI, 2001, p.134-135) e outros homens de sua época adotaram o discurso do catolicismo, atrelado à tradição, como estratégias discursivas dentro do panorama intelectual dos anos de 1930. Ver: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945): O "rearmamento" institucional da Igreja Católica; Os intelectuais reacionários*. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 69-139.